

A América Latina no discurso da crise econômica mundial: um questionamento sobre o papel dos meios de comunicação como agentes de mudança¹

Maria Lucia de Paiva Jacobini²

Resumo

Face à multiplicidade de informações que buscam retratar as crises econômicas, a hipótese deste trabalho é de que o contexto de crise evidencia um estado de exceção permanente dentro da ordem econômica mundial. Neste estado de exceção, os países em desenvolvimento poderiam ser entendidos como uma extensão da figura do *homo sacer* proposta por Agamben. Considerando os objetivos de superação da crise e retomada do desenvolvimento socioeconômico brasileiro (e conseqüente transformação da relação de inclusão e exclusão da ordem mundial), este trabalho pretende apresentar uma discussão teórica sobre os conceitos de *homo sacer* e soberania e a proposta de alternativa à ciência moderna ocidental e a concretização da vida líquida. Em seguida será discutida a ideia de que os meios de comunicação funcionam como dispositivos de poder ao invés de representarem uma profanação das verdades estabelecidas.

Palavras-chave: Crise econômica; Meios de comunicação; Estado de Exceção; Ciência moderna ocidental.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Cultura, Mestiçagem e Ambientes Midiáticos, do 3º Encontro Transdisciplinar em História Cultural e Semiótica da Cultura, realizado nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2011.

² Doutoranda em Comunicação e Semiótica com bolsa CNPq. Email: mlpjacobini@yahoo.com.br

Introdução

Face à multiplicidade de imagens que buscam retratar as crises econômicas, a hipótese deste trabalho é de que o contexto de crise evidencia um estado de exceção permanente dentro da perspectiva da ordem econômica mundial. Neste estado de exceção os países em desenvolvimento poderiam ser entendidos como uma extensão da figura do *homo sacer* proposta por Agamben.

No entanto, os meios de comunicação, ao divulgarem a crise, não dão voz ou tomam conhecimento de outros cenários que são característicos por viverem continuamente na mesma situação. Como resultado, o pós-moderno não representa de imediato uma alternativa de pensamento ao moderno e em muito parece continuar com as mesmas exclusões.

Assim, este trabalho pretende apresentar, a partir de uma discussão sobre a proposta de alternativa à ciência moderna ocidental e a concretização da vida líquida ou da pós-modernidade, os conceitos de vida nua, *homo sacer* e soberania de Agamben, seguidos de um paralelo entre o estado de exceção que existe nos momentos de crise econômica e na vida de certos países considerados em desenvolvimento. Em seguida será discutida a ideia de que os meios de comunicação funcionam como dispositivos e polícia de poder ao invés de representarem uma profanação das verdades estabelecidas e, como consequência, países latino-americanos perdem espaço para atuarem como sujeitos de transformação.

O momento de crise econômica mundial em tempos de crise do paradigma da ciência moderna ocidental

A ciência moderna vem entrando em crise. É essa a base, por exemplo, do pensamento de Santos para explicar o que considera como momento de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo emergente: “Estamos, pois, numa fase de transição paradigmática que, como qualquer outra, é caracterizada pela reconceitualização da ciência que existe em função de uma outra ciência cujo perfil apenas se vislumbra” (1989, p. 148).

A partir da percepção de que as promessas da modernidade não foram cumpridas e se tornaram problemas para os quais parece não haver solução, o momento de transição torna-se ainda mais complexo pela existência de dificuldades para as quais não foram estabelecidas soluções modernas. Estabelece-se, então, a crise. E a pretendida transição precisa justamente contribuir para a construção de futuros alternativos capazes de serem tão amplos quanto o construído pelo paradigma da ciência moderna (SANTOS, 2001).

Assim, como entende Santos (2006), a transição paradigmática da ciência moderna para a ciência pós-moderna compreende um conhecimento pós-dualista, de superação das dicotomias que dominavam a ciência moderna clássica. As novas ciências passam a ser antirreducionistas, de tempos não lineares, marcadas por descontinuidades, desordem e instabilidade. Porém, para tanto, é preciso fazer a crítica ao modelo de racionalidade ocidental dominante, para que suas alternativas não tendam a reproduzir os mesmos padrões.

A proposta do autor (2001; 2006) é então de estudar as alternativas à globalização neoliberal e o capitalismo global a partir de uma nova perspectiva: a de baixo, a contra-hegemônica. Ou seja, não há um princípio único de transformação social, ao contrário, há um futuro possível dentre vários outros alternativos e, se são muitas as formas de dominação, são também muitas as resistências, que não podem ser reunidas sob uma grande teoria comum.

Entretanto, ao contrário do que foi proposto por Santos, o momento de crise econômica mundial evidencia que a transição tem sido de fato feita da modernidade para um outro paradigma, mas não para um alternativo. O conceito de vida líquida discutido por Bauman demonstra exatamente que não há nem tempo para consolidação de nenhuma perspectiva, pois “a vida líquida é uma sucessão de reinícios, e precisamente por isso é que os finais rápidos e indolores, sem os quais reiniciar seria inimaginável, tendem a ser os momentos mais desafiadores” (2009, p.8)

As crises recorrentes dos últimos anos demonstram exatamente o fim de um período de relativa estabilidade econômica³ e dão início a uma nova visão: não

³ Aqui destaca-se o aspecto da estabilidade econômica dentro moldes dos países desenvolvidos, que detêm a voz do que é visível, como será discutido ao longo do trabalho.

existe o longo prazo e a velocidade é requisito para sobrevivência na nova vida líquida. Como vida de consumo, de trânsito e de tecnologias que só reforçam a rapidez do momento, nunca a previsão de Martín-Barbero (2002) foi tão verdadeira, afirmando que há uma não contemporaneidade entre os produtos culturais produzidos e o lugar/espço social onde são consumidos. Ou seja, as tecnologias são consumidas sem proximidade com seu contexto de produção.

Enquanto são produzidas nos países ricos são consumidas, cada vez com menor diferença de tempo, nos países mais pobres. Mas essa instantaneidade esconde a não-contemporaneidade entre as tecnologias e seus usos, o que quer dizer que são consumidas, mas não podem ser referidas minimamente ao seu contexto de produção, causando não um salto qualitativo, mas uma máscara de modernização realizada pela pressão de interesses transnacionais em contraposição às possibilidades reais de apropriação e identificação cultural (MARTÍN-BARBERO, 1997; 2002).

O cenário da comunicação na América Latina é protagonizado pelas “novas tecnologias”. Vistas a partir dos países que desenvolvem e produzem essas novas tecnologias e comunicação [...] elas representam a nova etapa de um processo contínuo de aceleração da modernidade que agora estaria dando um salto qualitativo (...) de que nenhum país pode estar ausente sob pena de morte econômica e cultural. (...) O surgimento de tais tecnologias na América Latina se inscreve, em todo caso, num velho processo de esquizofrenia entre a modernização e possibilidades reais de apropriação social e cultural daquilo que nos moderniza. Informatização ou morte! – é o lema de um capital em crise, precisando com urgência vital expandir o consumo de informática. (1997, p. 252-253)

Com isso, o autor aprofunda sua crítica à ênfase nas novas tecnologias de comunicação como mecanismo de homogeneização e uniformização. Tudo isso ocorre, segundo o autor, num contexto em que a fascinação e o encantamento são muito parecidos na maior parte das sociedades, independentemente dos níveis alcançados pela expansão tecnológica (MARTÍN-BARBERO, 2002), exatamente como previa Bauman, para quem “a vida numa sociedade líquido-moderna não pode ficar parada. Deve modernizar-se... ou perecer” (2009, p.8).

A implicação dessa tendência é um processo de exclusões e rejeições de formas identitárias que, segundo o autor, são descartadas assim como uma

mercadoria. Diante disso, outras partes do mundo que não são produtoras e sim agentes do consumo em massa, são vistas como irrelevantes, desassistidas e até mesmo obstáculos para a gratificação instantânea e a felicidade individual típicas da vida líquida (BAUMAN, 2009).

Perspectivas de inclusão e exclusão na América Latina

A desestabilização dos valores atuais como parte da superação dos paradigmas da modernidade tem sido agravada pelas crises permanentes, cujos ciclos têm superado as perspectivas e, ironicamente, podem se tornar até permanentes.

A visão de Bauman (2009) sobre a exclusão das partes é completada pela proposta de Agamben (2002; 2004) sobre a permanência do estado de exceção. O autor discute a existência de uma zona de indistinção, de um limiar, no qual o dentro e o fora são separados apenas por uma fronteira móvel, marcados pela ausência de leis e onde o papel do soberano é de decidir sobre a morte do *homo sacer*.

Contudo, a referência ao estado de exceção não está restrita a contextos de guerra e hoje está presente em diferentes esferas da sociedade. Diante disso, é possível fazer uma extensão de tais ideias a campos como a economia e a composição da ordem econômica mundial, na qual as fronteiras entre o dentro e o fora são constantemente reorganizadas em função do que é excluído. Ou incluído para ser excluído.

Segundo Agamben (2004; 2004), o estado de exceção é um espaço de separação onde há a suspensão da aplicação das leis e normas e a composição de um espaço vazio de direito. É dentro dessa realidade que atua a figura do soberano, representativa por simbolizar exatamente o poder de suspensão das leis enquanto a exceção se torna regra, em contraposição à total ausência de participação política que caracteriza a figura matável e insacrificável do *homo sacer*. São simétricos, com estruturas correlatas: enquanto o soberano é aquele para quem todos são potencialmente *homini sacers*, para o *homo sacer* todos agem como soberanos.

O soberano é a figura que tem o poder de decisão sobre o estado de exceção e exatamente por isso também está fora da norma, mas pertence a ela. Segundo Agamben, “estar-fora e, ao mesmo tempo, pertencer é a estrutura topológica do estado de exceção (...) porque o soberano que deve decidir sobre a exceção é, na realidade, logicamente definido por ela em seu ser” (2004, p.57).

A ideia de fronteiras esfumadas e indeterminadas apresentadas pelo autor para explicar a movimentação da exclusão inclusiva entre quem está dentro ou fora do sistema remete à concepção de fronteira e semiosfera, que Lotman (1996) entende como uma zona de limitação que proporciona constantes fluxos de filtros e reelaboração de conteúdos.

A introdução do conceito de fronteira tem uma consequência importante para a discussão deste trabalho. Ao se pensar na esfera das divisões econômicas mundiais como uma semiosfera específica, suas fronteiras podem ser entendidas como porosas e móveis o suficiente para conseguirem filtrar informações externas e adaptá-las ao próprio contexto interno, reafirmando a mobilidade entre a exclusão e a inclusão.

Assim, em cada semiosfera haveria uma divisão entre centro e periferia. Ou, no caso, entre soberanos e *homini sacers*, em constante processo de troca. De forma semelhante ao que acontece no referido centro, o que é considerado centro econômico também seria marcado por uma força de decisão de como são determinadas as condições de (não) funcionamento do resto do mundo, principalmente dentro da proposta de Agamben (2002) de incluir o que está fora através de sua suspensão nesse ordenamento.

A exceção não separa exatamente o que está dentro do que está fora, o normal do caos, ou o desenvolvido economicamente do subdesenvolvido, para o autor a chave está na existência de um limiar entre eles. Diante desse raciocínio, o momento de crise financeira de abrangência mundial pode ser compreendido como um estado de exceção em que as leis da economia são suspensas com a justificativa de sua recuperação, e a existência de certos países em desenvolvimento pode ser comparada com a figura do *homo sacer*. Incluídos exatamente por serem excluídos do sistema econômico.

Com essa comparação, uma extensão poderia ser feita para os organismos multilaterais como soberanos do mundo econômico. Responsáveis pela determinação dos critérios para se sair de uma crise, para ser considerado país desenvolvido ou eliminado de importância, organismos como a ONU ou o FMI se tornam agentes de decisão da exclusão dos demais.

Pensar o papel da imprensa neste cenário envolve questionar exatamente sua função de descrição e aceitação em contraposição à crítica. Retomando a proposta de Santos (2006) de dar voz à alternativa, ao outro que não faz parte dos modelos do que considera como ciência moderna ocidental, poderia ser alcançada pela voz do *homo sacer*, a voz do país considerado subdesenvolvido e sem força para contrariar os paradigmas impostos e estabelecidos.

De acordo com Santos (2006), é o momento de ênfase nas margens (ou na periferia de Lotman) e a maneira epistemológica de superação da totalidade e recuperação das culturas excluídas se dá através da Sociologia das Ausências. Para o autor, tudo o que não existe, ou de existência não perceptível socialmente é resultado de um processo social, e o que, no caso, foi suprimido pela globalização hegemônica foram as aspirações e articulações emancipatórias (ou profanadoras, conforme Agamben).

Quando sugere como solução para a crise paradigmática o aprender com as formas marginalizadas pelas dominantes da modernidade através da Sociologia das Ausências, sua ideia é de aproveitar as experiências das vítimas, dos grupos sociais que sofreram com a exclusão epistemológica e com a redução das possibilidades emancipatórias às tornadas possíveis apenas pelo capitalismo. E a conclusão que chega vai mais longe: deve-se aprender com o Sul.

O Sul surge como metáfora do que a modernidade ocidental fez de si mesma e descreve os sofrimentos dos que passaram pela violência do colonialismo, entendido até então como missão civilizadora, contra o caos.

É uma forma de inclusão do que não é ocidental, também para ajudar a compreender qual é, como base para a emergência da globalização contra-hegemônica, a alternativa construída pelo Sul.

Assim, só se aprende com o Sul na medida em que se concebe este como resistência à dominação do Norte e se busca nele o que não foi totalmente desfigurado ou destruído por essa dominação. Por outras palavras, só se aprende com o Sul na medida em que se contribui para a sua eliminação enquanto produto do império (SANTOS, 2006, p. 33).

A América Latina, dentro da denominação do “estar em desenvolvimento”, mostra-se então com todas essas características, dado que, depois de ter tido suas manifestações culturais e formas de pensamento excluídas pelos cânones ocidentais, apresenta-se como alternativa epistemológica ao paradigma em crise.

Novamente retomando Agamben, alguns dos conceitos de Santos poderiam ser convergidos nas noções de *homo sacer* e soberania, como figuras opostas entre os que têm voz e os que não são ouvidos: a América Latina historicamente como figura excluída e os considerados países desenvolvidos.

É a voz desses últimos países que é divulgada pelos meios de comunicação. As notícias expressam suas percepções de crises e suas formas particulares de superação que são generalizadas e expandidas para os demais contextos como discurso dominante. No conceito de Laclau e Mouffe, “qualquer discurso é constituído como uma tentativa de dominar o campo da discursividade, de parar com o fluxo das diferenças e construir um centro”⁴ (1995, p.112), e exatamente no sentido de anular as diferenças, os pontos nodais se relacionam às lutas hegemônicas de cada formação social de construção de uma visão única.

Os pontos nodais são entendidos pelos autores como totalizações discursivas que produzem uma unidade e fixam sentidos em articulações que formam antagonismos, condições para que haja um espaço homogêneo e unificado. Ao excluir as diferenças abrem espaço para a figura do antagonista, que é mais uma vez a voz do excluído do sistema de relações que constrói o discurso (LACLAU; MOUFFE, 1995).

Numa linha próxima, Rancière propõe as figuras da política e da polícia na ordem social. A partir da ideia do autor de que não há troca entre os que têm nome/voz e os que não a têm, a política só acontece quando há uma cena comum

⁴ Tradução do autor. Texto original: “any discourse is constituted as an attempt to dominate the field of discursivity, to arrest the flow of differences, to construct a centre”.

que possibilita o conflito. Contudo, os que têm privilégio da palavra mantêm controle de seus interesses em comum e criam um regime de visibilidade ou invisibilidade sobre as sociedades.

Segundo o autor,

[...] a polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes [...] uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos de dizer, que faz com que tais corpos sejam designados por seu normal para tal lugar e tal tarefa; é a uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (1996, p. 42).

Em contraste ao regime de visibilidade, a política significa uma ruptura, um reconhecimento de outras partes e até uma reorganização dos espaços. Ao reconhecer o que não pertence, o sujeito político atua no caminho da Sociologia das Ausências de Santos (2006), conecta as regiões, as identidades, as capacidades, produz cenas polêmicas, paradoxos que têm a principal função de revelar as contradições da lógica que exclui existências e inclui inexistências (RANCIÈRE, 1996).

No entanto, as estratégias de informação e comunicação que poderiam atuar como políticas ainda estariam dentro dos moldes da polícia (RANCIÈRE, 1996), funcionando como dispositivos que, conforme Agamben, atualmente estão num contínuo processo de expansão e “não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo” (2009, p.42) e os meios de comunicação, ao invés de proporem exatamente questionar tal manutenção de pensamento e proposta de voz única, parecem cada vez mais impossíveis de serem profanados, ou superados.

Dentro dessa ideia de que a mídia não é um contradispositivo, cabe a solução alternativa, ou, a partir de Sloterdijk a força da multiplicidade não massificada, considerada homogênea e desprezada que pretende voltar a ter visibilidade. Portanto, em busca do reconhecimento, os países em

desenvolvimento/subdesenvolvidos hoje já teriam condições de “tomar a dianteira com suas reivindicações de reconhecimento” (2002b, p.57).

Ao fazer uma crítica às massas homogeneizadas, o autor propõe uma relação com a posição da América Latina e sua nova capacidade de ser sujeito político (SLOTERDIJK, 2002b) e, nesse sentido, atuar como profanadora. Isso significa que o continente passaria a eliminar as separações que tornam certas formas de pensamento indisponíveis e as colocaria novamente em uso, o que só seria possível através da desativação dos dispositivos (AGAMBEN, 2007).

Nesse sentido, Badiou (1994) propõe que o sujeito só existe quando alguma coisa acontece, alguma coisa diferente do que já está dado: o evento. Como noção de um acontecimento que rompe com o preestabelecido, o evento não tem uma regra e não pode ser esperado, mas é o momento que obriga a decisão de uma nova maneira de ser. Assim, ser sujeito passa a ser atuar como suporte a um processo de verdade após a existência de um evento.

Isso significa, para o contexto deste trabalho e na mesma linha proposta por Santos (2006) de ver a América Latina como alternativa ao paradigma instituído, que é preciso romper com o que se considera como verdade da crise. Retomando a ideia dos dispositivos midiáticos, destaca-se o papel do jornalismo como discurso (BENETTI, 2008) e sua divulgação de conteúdos que não levam à construção de profanações ou políticas, e sim que mantém a noção de crise a partir do ideal dos países considerados desenvolvidos.

Pensar a América Latina como sujeito

É possível aqui observar que existe certo paralelo entre os conceitos apresentados: o dispositivo e a polícia em contraposição à profanação, ao evento e à política como elementos que decidem sobre o estar dentro e o estar fora. A consequência é de que há na América Latina um processo de dessubjetivação que faz com que o continente não só não tenha voz (no caso, nos meios de comunicação), como não seja considerado sujeito, reafirmando sua figura de *homo sacer*. No seu extremo, é “uma economia indigna de viver” por seus próprios preceitos. Esse aspecto retoma e confirma os conceitos de vida nua e biopolítica de

Agamben (2002), para quem exatamente a politização da vida nua cria a zona de indiscernibilidade que caracteriza o presente.

A proposta do autor é de que a vida nua, ou mesmo a voz que só comunica dor e agrado de Rancière (1996), está implicada na vida política qualificada⁵, o que retoma a constituição vida política (e econômica) ocidental pela inclusão da vida nua para ser excluída, compondo a relação de exceção típica dessa ordem: “a forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através da sua exclusão” (2002, p. 26).

Se os meios de comunicação podem ser considerados os dispositivos de manutenção do pensamento, ou, como propõe Sloterdijk (2002a), que construiriam um movimento ilusório, suas falsas revoluções não transformam a realidade estabelecida e não provocam uma movimentação que vai além do próprio lugar de onde se fala/vê. A questão estaria exatamente na consciência das distinções, das separações. Ou seja, na consciência dos dispositivos.

Para Agamben, essa consciência proporciona que sejam feitos novos usos das separações, de forma que a profanação define “uma sociedade que soube desativar seus dispositivos, a fim de tornar possível um novo uso” (2007, p. 75). Ao invés de atuarem desta forma, os meios de comunicação têm atuado como dispositivos midiáticos, neutralizando o poder profanatório do que o autor considera que seja a função da linguagem.

De acordo com Benetti (2008), a partir de Charaudeau, os meios de comunicação não apenas informam, constroem mapas do que é entendido como parte do contrato de comunicação em certo quadro de referência. O contrato entre o enunciador, que lança a totalização ou mesmo a palavra de ordem proposta por Laclau e Mouffe (1995) para um enunciador que, por estar no mesmo contexto, o aceita como determinação a realidade. Assim, de modo geral, o contrato comunicativo tem como resultado a manutenção do próprio quadro de referência ao qual pertence.

De acordo com Charaudeau (*apud* BENETTI, 2008), o contrato de comunicação está determinado por dados externos e internos. No caso dos

⁵ Retoma-se aqui os conceitos de *zoé*, como simples fato de viver, e *bíos*, como vida qualificada, estão relacionados (AGAMBEN, 2002).

externos, que permitem que a troca se realize, é possível dizer que os meios de comunicação, ao divulgarem a crise econômica, falam para o público que a vivencia, não para os destinatários em estado de exceção.

Noticiam com a proposta de manter o que existe, dentro do mesmo domínio de saber e nas mesmas circunstâncias. Portanto, impedem a possibilidade de novos usos da linguagem, das descrições da realidade, das visões sobre o que é um país em crise econômica pontual e o que é um contexto de estado de exceção permanente (AGAMBEN, 2007). Ou seja, impedem exatamente a realização de um evento ou de uma política capaz de romper com o preestabelecido e homogeneamente conhecido.

Conclusões

Considerando o fato de que, conforme proposto por Santos (2001; 2006), a ciência moderna está em crise e com ela existe também um colapso de seus parâmetros e teorias, podemos entender que as crises econômicas mundiais representam bem uma evidência da falência do sistema. No que se refere à crise ainda recente e com consequências perceptíveis ainda hoje, mostra-se ainda mais explícito o problema da expansão teórica dos problemas modernos, para os quais realmente parece não haver soluções modernas.

Entretanto, este trabalho pretendeu questionar se as novas teorias representam alternativas ou se funcionam como manutenção de uma mesma visão que exclui de qualquer visibilidade os contextos que não fazem parte. No argumento de Rancière (1996), os que não são contáveis, assim permanecem sem que haja um concreto confronto entre a polícia que mantém e a política que transforma.

Como já previsto por Agamben (2002) e Lotman (1996), há uma relação porosa entre o dentro e o fora e o país excluído da ordem econômica mundial é constantemente reatualizado. Hoje, até mesmo certos países europeus, como a Grécia, vivem numa zona de indeterminação na qual representam o papel do *homo sacer*.

JACOBINI, Maria Lúcia de Paiva. A América Latina no discurso da crise econômica mundial: um questionamento sobre o papel dos meios de comunicação como agentes de mudança. Parte 3) Crise, tradução e processos sociais Algazarra (São Paulo, Online), n. 4, p. 97-110, dez. 2016.

A mobilidade da fronteira existe, mas o que parece permanecer é a falta de olhar para a América Latina como uma crise permanente. E percebê-la como testemunha integral do que é um estado de exceção da biopolítica atual.

A partir da proposta de que os meios de comunicação divulgam um discurso, uma visão sobre o mundo, este trabalho questiona exatamente o que foi apresentado por eles como documentação da verdade, e propõe que existem outros cenários que não são reproduzidos por qualquer outra forma de exposição da realidade pelos meios de comunicação. Talvez seja mesmo possível afirmar que os pontos nodais instituídos pelos meios de comunicação no momento de crise produzem uma unidade de pensamento que fecha qualquer abertura para a percepção do outro, no caso, da América Latina. Conclui-se, então, que se manifesta mais como um aspecto de manutenção do estado de exceção: é um dispositivo que inclui tais realidades ao excluí-las de qualquer forma de representação midiática.

Maria Lucia de Paiva Jacobini é economista, jornalista, especialista em Jornalismo Científico pelo Labjor/Unicamp, mestre e doutora com bolsa CNPq em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP.

mlpjacobini@yahoo.com.br

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- _____. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. O que é um dispositivo. In: **O que é o contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2009.
- BADIOU, Alain. **Para uma nova teoria do Sujeito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. P. 107-114.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. In: **Revista Galáxia**. São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony & Socialist Strategy**. Londres: Verso, 1995.
- LOTMAN, Iuri M. **La Semiosfera 1**: Semiótica de la Cultura y del Texto. Frónesis, Cátedra, Universitat de València, 1996.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações** – Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

JACOBINI, Maria Lúcia de Paiva. A América Latina no discurso da crise econômica mundial: um questionamento sobre o papel dos meios de comunicação como agentes de mudança. Parte 3) Crise, tradução e processos sociais Algazarra (São Paulo, Online), n. 4, p. 97-110, dez. 2016.

_____. **Ofício de Cartógrafo**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

RANCIÈRE, Jaques. **O Desentendimento**: Política e Filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **A crítica da Razão indolente** – contra o desperdício da experiência. Vol. 1. SP: Cortez, 2001.

_____. **Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SLOTERDIJK, Peter. **A mobilização infinita**: para uma crítica da cinética política. Relógio D'água, 2002a.

_____. **O desprezo das massas**: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna. Estação liberdade, 2002b.